

O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL: EVOLUÇÃO E POTENCIALIDADES

HIGHER EDUCATION IN PORTUGAL: EVOLUTION AND POTENTIALITIES

Belmiro Gil Cabrito ¹
Maria Luísa Machado Cerdeira ²

Professor Associado aposentado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Possui graduação em Licenciatura em Ciências Político-social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Univ. téc. de Lisboa (1978), graduação em Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1972), mestrado em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa (1993) e doutorado em Política e Sistema Educativo pela Universidade de Lisboa (2000). Atualmente é membro - Unidade de Investigação e de Desenvolvimento em Educação e Formação-UL. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação. E-mail: b.cabrito@ie.ulisboa.pt

Doutoramento em Ciências da Educação, Políticas de Especialidade e Organização do Sistema Educativo, aprovado com Elogio e Distinção, atribuído por unanimidade pelo júri da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Professor Auxiliar da Universidade de Lisboa (UL), Instituto de Educação, desde 2010. Instituto de Educação – Universidade de Lisboa. E-mail: luisa.cerdeira@ie.ulisboa.pt

Resumo: É um facto incontroverso que a educação, em Portugal, ganhou uma força que não tinha até finais do século passado: desde 1974, diminuiu fortemente a taxa de analfabetismo, aumentaram as taxas de escolaridade e a procura educativa em todos os níveis de ensino, aumentaram as despesas públicas em educação. A mudança de regime político decorrente da Revolução dos Cravos, a Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974, que permitiu a passagem de uma ditadura para uma democracia representativa, proporcionou muitas alterações na sociedade portuguesa de que a procura maciça de educação e as políticas de desenvolvimento económico e social são testemunho. Nos últimos 50 anos, muito se tem caminhado no intuito de responder àquela procura de educação e à necessidade de dotar o país de mão de obra altamente qualificada e de se aproximar dos níveis de desenvolvimento dos países mais desenvolvidos da Europa. Todavia, o enorme esforço efetuado ainda não é suficiente para que o país possa contracenar em igualdade de circunstâncias com aqueles países, como alguns indicadores básicos evidenciam. Neste artigo, os autores dão conta da evolução que o sistema de ensino português conheceu nas últimas décadas, particularmente de nível superior, e situam, sempre que possível, Portugal no quadro internacional, relevando algumas das debilidades que o sistema educativo/ensino superior ainda evidencia e algumas das suas potencialidades.

Palavras-chave: Educação Superior; Sistema de Ensino Português; Evolução.

Abstract: It is an uncontroversial fact that education in Portugal has gained a strength that it did not have until the end of the last century: since 1974, the rate of illiteracy has sharply decreased, schooling rates and educational demand have increased at all levels of education, public expenditure on education. The change of political regime resulting from the Revolution of the Carnations, the Democratic Revolution of April 25, 1974, which allowed the transition from a dictatorship to a representative democracy, brought about many changes in Portuguese society that the massive demand for education and the policies of economic and social development bear witness. Over the last 50 years, much has been done to respond to this demand for education and the need to equip the country with highly skilled labor and to approach the levels of development of the most developed countries in Europe. However, the enormous effort made is still not enough for the country to be able to counteract on an equal footing with those countries, as some basic indicators show. In this article, the authors give an account of the evolution of the Portuguese education system in the last decades, particularly at a higher level, and place Portugal, whenever possible, in the international context, highlighting some of the weaknesses that the education system / and some of its potentialities.

Keywords: College education; Portuguese Teaching System; Evolution.

Procura social de educação

Até 1974, o ensino em Portugal era altamente elitista e ideológico (Mónica, 1978). A escola cumpria uma função reprodutora do *status quo*, agindo como um aparelho ideológico de estado (Althusser, 1985). A situação modificou-se profundamente após a Revolução dos Cravos tendo-se verificado uma diminuição radical do número de analfabetos no país bem como um aumento explosivo do número de matrículas em todos os níveis de ensino. Observe-se os Quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Evolução do analfabetismo em Portugal (%)

Anos	Total	Masculino	Feminino
1960	-	26,6	39,0
1970	25,7	19,7	31,0
1981	18,6	13,7	23,0
1991	11,0	7,7	14,1
2001	9,0	6,3	11,5
2011	5,2	3,5	6,8

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última actualização: 2015-06-26

Os valores do quadro são bem expressivos do recuo do analfabetismo em Portugal nas últimas décadas, sendo que, e de acordo com os dados do INE, baseados no Censos de 2011, nessa data ainda havia cerca de meio milhão de analfabetos, particularmente idosos e que vive nas regiões mais afastadas dos centros urbanos.

Assim, apesar da quebra dos números do analfabetismo no país, eram ainda 5% dos portugueses que, em 2011, não sabiam ler nem escrever, afastando Portugal da generalidade dos países europeus cujas taxas de alfabetização atingem os 100% (CIAWorld FactBook, acedido em 27/06/2018).

Ainda dos valores do Quadro 1, é de destacar a maior percentagem de analfabetos entre os indivíduos do sexo feminino como seria expectável considerando que Portugal era, até à década de 1970, um país com um regime de ditadura, muito tradicionalista e conservador. Todavia, como se poderá observar adiante, a situação alterou-se de forma significativa nos últimos anos sendo os indivíduos do sexo feminino predominantes no segmento educativo não obrigatório, isto é, no ensino superior.

Observe-se, no Quadro 2, a evolução do número de matrículas nas últimas décadas.

Quadro 2 – Evolução do número de matrículas em todos os níveis de ensino

Anos	Total	Educação Pré-escolar	Ensino Básico				Ensino Secundário	Ensino Superior
			Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
1961	1110264*	6528	1066471	887235	78064	101172	13116	24149**
1970	1407921*	15153	1316279	935453	193912	186914	27028	49461**
1980	1873559	80373	1538389	927852	305659	304878	169516	80919
1990	2160180	161629	1531114	715881	370607	444626	309568	157869
2000	2260745	228459	1240836	539943	276529	424364	417705	373745
2005	2172853	259788	1153057	504412	267742	380903	376896	380937
2010	2406098	274387	1256462	479519	273248	503695	483982	383627
2015	2061813	264660	1041698	418145	238582	384971	393618	349658
2016	2027483	259850	1013397	408041	230842	374514	391538	356399

Fonte: DGO/MF, PORDATA (Última actualização: 2017-07-03); *calculado pelos autores; **Barreto *et al*, *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*

Como se pode perceber, a explosão da procura de educação em Portugal foi uma realidade e ocorreu após a década de 1970. Tal foi o resultado da tomada de consciência por parte da população

e do país do papel que a educação pode trazer no desenvolvimento da economia, nomeadamente pela produção de capital humano (Becker, 1964; Schultz, 1961; Psacharopoulos & Woodhall, 1985) e como alavanca social (Bourdieu e Passeron, 1964, 1970) e que os governos responderam através do estabelecimento da escolaridade obrigatória (sucessivamente de 6, 9 e 12 anos em 1974, 1986 e 2008, respectivamente) e da expansão da oferta de ensino superior, com o aumento do número de vagas das universidades existentes à data da Revolução, com a criação de mais 7 universidades públicas e de 15 institutos superiores politécnicos públicos ao longo das décadas de 1970 e 1980 e com a abertura do ensino superior à iniciativa privada em 1986.

Nos últimos anos, ocorreu um decréscimo da procura de educação resultante, por um lado, da crise financeira que o país viveu na última década, particularmente no que respeita ao ensino superior e, por outro, atingindo principalmente os níveis básico e secundário de ensino, da quebra dos valores da natalidade e da fecundidade feminina.

Quadro 3 – Evolução da taxa bruta de natalidade e da taxa de fertilidade geral (em permilagem)

Anos	Taxa bruta de natalidade (*)	Taxa de fecundidade geral (**)
1960	24.1	95.7
1970	20.8	84.6
1980	16.2	66.9
1990	11.7	46.5
2000	11.7	45.9
2010	9.6	40.0
2014	7.9	34.3

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última actualização: 2018-06-15

(*) Representa o número de nados vivos por cada 1000 indivíduos residentes, durante um ano

(**) Representa o número de filhos por cada 1000 mulheres em idade fértil

O esforço realizado na expansão da educação teve consequências nas taxas de escolaridade. Observe-se o Quadro 4.

Quadro 4 – Taxa real de escolarização em todos os níveis de ensino

Nível de ensino	1961	1970	1980	1990	2000	2010	2015	2016
Pré-escolar	0.9	2.4	14.2	41.7	71.6	83.9	88.5	88.4
Básico	80.4	84.3	98.4	100.0	100.0	100.0	98.3	97.7
Secundário	1.3	3.8	11.7	28.2	58.8	72.5	74.6	75.3
Superior	nd	nd	10.7	20.2	24.0	31.3	31.4	33.1

Fonte: elaborado a partir de PORDATA. Fontes de Dados: DGEEC/MEd - MCTES -DIMAS/RAIDES

Última actualização: outubro 2017

Dos valores do quadro pode concluir-se, todavia, que ainda há espaço para o crescimento do número de matrículas, particularmente no ensino secundário e superior. No ensino secundário, ainda estamos longe do cumprimento da escolaridade obrigatória com cerca de 25% dos jovens na idade adequada a não terminarem este nível de ensino.

No que respeita ao ensino superior, apesar da evolução positiva que tem ocorrido, ainda estamos longe dos objectivos da Europa 2020, que pelo menos 40% da população de cada país da União conclua o ensino superior. Por outro lado, ainda é elevada a percentagem de portugueses que não concluiu/não frequentou o ensino superior pelo que as IES ainda podem ir buscar alunos aos adultos que encetam processos de formação de adultos. Observe-se o Quadro 5 que indica o nível de escolaridade atingido pelos portugueses com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, bem como os valores correspondentes para a média dos países da OCDE e da União Europeia nas duas últimas décadas:

Quadro 5 – Percentagem da população com idades entre os 25 e 34 anos que possuem o ensino secundário ou abaixo (%)

País/Região	Ensino Básico					Ensino Secundário e pós-secundário não superior				
	2000	2005	2010	2015	2016	2000	2005	2010	2015	2016
Portugal	68	57	48	33	31	19	24	27	34	35
OCDE média	25	21	19	16	16	50	48	45	42	42
EU22 média	23	19	17	15	15	53	51	48	45	45

Fonte: OCDE (2017). Education at Glance. Table A1.2.

A análise dos valores do Quadro 5 evidencia de forma bem a nítida a diminuição do peso dos indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos apenas com o Ensino Básico (9 anos de escolaridade) no total dos indivíduos com este nível etário bem como o crescimento do peso do número de indivíduos que possuem o ensino secundário ou cursos pós-secundário não superior, testemunhando um desempenho altamente positivo do sistema educativo português. Todavia, ao comparar-se a situação portuguesa com a média dos países da EU e da OCDE percebe-se bem a distância que ainda separa Portugal da média daqueles países e torna explícita a necessidade de Portugal investir ainda mais na formação quer dos seus jovens quer da população adulta.

O mesmo podemos concluir quando se analisa a evolução das taxas reais de escolarização no ensino superior.

Quadro 6 – Percentagem da população com idades entre os 25 e 34 anos que possuem o ensino superior

	2000	2005	2010	2015	2016
Portugal	13	19	25	33	35
OCDE média	26	32	37	42	43
EU 22 média	24	30	35	40	40

Fonte: OCDE (2017). Education at Glance. Table A1.2.

Do exposto, pode afirmar-se que a situação portuguesa tem vindo a evoluir favoravelmente, ainda que se mantenha distante da situação média da EU e da OCDE a qual pode ser atingida se houver mais investimento por parte do país em educação.

Todavia, é indesmentível o crescimento do ensino superior em Portugal que, mesmo num quadro de recessão como o que se tem vivido nos últimos anos, cresceu sendo de registar que esse crescimento se deu fundamentalmente no ensino superior público, certamente em virtude do menor valor das propinas e no ensino politécnico, a que não será estranho a maior ligação deste segmento de ensino ao mercado de trabalho.

Quadro 7 - Evolução do número de estudantes inscritos por tipo de instituição no ensino superior

Anos	Total	Ensino superior público			Ensino superior privado		
		Total	Universitário	Politécnico	Total	Universitário	Politécnico
1990	157869	119733	95746	23987	38136	32756	5380
1995	290348	186286	132199	54087	104062	84895	19167
2000	373745	255008	164722	90286	118737	88190	30507
2005	380937	282373	173897	108376	98664	67157	31507
2010	383627	293828	183806	110022	89799	60174	29625
2015	349658	292359	191707	100652	57299	42666	14633
2016	356399	297884	191633	106251	58515	42981	15534

2017	361943	302596	192201	110395	59347	43013	16334
Δ17/90%	129%	153%	101%	360%	56%	31%	204%
Δ17/10%	-6%	3%	5%	0%	-34%	-29%	-45%

Fonte: PORDATA. Fontes de Dados: DGEEC/MEd - MCTES - DIMAS/RAIDES

Última actualização: 2017-08-02

Crescente é, também, o número de diplomados nos últimos anos, em Portugal. Observe-se o Quadro 8.

Quadro 8 – Evolução do número de diplomados

Anos	Número	Anos	Número
1991	18671	2010	78609
1995	35939	2014	75906
2000	54255	2015	76862
2005	69987	2016	73086

Fontes de Dados: DGEEC/MEd - MCTES - DIMAS/RAIDES, PORDATA

Última actualização: 2017-08-02

Como pode observar-se no Quadro 8, entre 1991 e 2016 o número de diplomados do ensino superior praticamente quadruplicou, evidenciando o esforço do país na qualificação da sua população. Este esforço é visível, também, quando se analisa a evolução do número de doutoramentos realizados. Observe-se o quadro 9.

Quadro 9 – Evolução do número de doutoramentos, total e realizados em Portugal e no Exterior

Anos	Em Portugal	No estrangeiro	Total
1970	23	37	60
1980	44	72	116
1990	250	87	337
2000	694	165	859
2010	1500	232	1732
2015	2351	618	2969

Fontes/Entidades: DGEEC/MEd-MCTES, PORDATA

Última actualização: 2017-08-02

Os valores do Quadro 9 são bem elucidativos do esforço realizado pelo país com a educação superior. De registar o aumento crescente do número de doutoramentos realizados no país e, simultaneamente, o decréscimo progressivo dos realizados no estrangeiro, situação que se explica pelo facto de a necessidade de procurar educação de nível de pós-graduação no exterior diminuir à medida que os recursos humanos do país melhora. De facto, entre 1970 e 2015 o número total de doutores aumentou 49 vezes, sendo que o número de doutoramentos realizados no país aumentou 102 vezes e o número de doutoramentos realizados no exterior aumentou, no mesmo período, apenas 17 vezes.

De referir que o crescimento do número de doutorados foi de tal ordem que colocou o país em igualdade com a média da EU28. Observe-se o Quadro 10.

Quadro 10 – Número de doutoramentos por 100 000 habitantes

Anos	2004	2005	2010	2012	2013
EU28	16.8	19.8	20.2	23.7	24.2
Portugal	8.5	9.5	13.4	17.7	23.6

Fontes/Entidades: Eurostat | UNESCO-UIS | OCDE | Entidades Nacionais, Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

Última actualização: 2018-06-28

Apoio social

Se é verdade que o sistema educativo, nomeadamente o ensino superior, ainda pode crescer, é incontroverso o facto de alguns candidatos a estudantes não se candidatarem por dificuldades financeiras. A verdade é que numa sociedade democrática, e em continuidade com o disposto nomeadamente na Constituição da República Portuguesa, ninguém pode ser impedido de frequentar o ensino superior por dificuldades financeiras para o que é obrigação do Estado promover políticas de apoio social que minimizem aquelas dificuldades. Tendo em atenção o importante papel que aquele apoio pode representar no crescimento do sistema, analise-se como tem vindo a evoluir as políticas de apoio social do Estado aos estudantes.

Quadro 11 - Evolução das Despesas em Bolsas de estudo por Tipo de Ensino (Euros)

Anos	Subsistema de ensino		
	Total	Público	Privado
1990	6814826,3	6814826,3	-
1995	27402185,7	25762557,2	1639628,5
2000	80064113,0	56649454,8	23414658,2
2005	88967157,3	68023430,7	20943726,6
2010	163287567,0	135.844.914,0	27442653,0
2011	130657929,0	112976764,0	17681165,0
2012	120081037,0	108388809,0	11692228,0
2103	126129186,2	112514443,9	13614742,2
2014	125169884,8	114576123,3	10593761,6
2015	130348100,6	118235291,0	12112809,6
2016	133652601,6	121194151,3	12458450,4
2017	135187684,4	121665031,2	13522653,1
Δ 2017-2010 %	-17,2	-10,4	-50,7

Fontes/Entidades: DGES/MCTES, PORDATA

Última actualização: 2018-06-07

Os valores do quadro mostram bem uma política restritiva desde 2010, tendo o apoio social em termos de bolsas de estudo diminuído cerca de 17%, entre 2010 e 2017, diminuição sentida particularmente pelo ensino superior privado, configurando políticas de apoio social que não promovem a frequência deste nível de ensino.

Para além de se procurar perceber se diminuiu, ou não, o montante gasto em bolsas pelo Estado, torna-se necessário, também, verificar se o valor médio das bolsas tem aumentado, ou não. Observe-se o Quadro 11.

Quadro 11 – Valor médio anual da bolsa de estudo, em euros

Anos	Ensino Público	Ensino Privado	Anos	Ensino Público	Ensino Privado
1991	806.72	1093.82	2012	2207.11	1692.56
2000	1259.04	2118.59	2013	2158.92	2031.44
2005	1293.00	1563.08	2014	2056.99	1602.44
2010	2180.36	2172.64	2015	2067.41	1881.46
2011	1944.89	1811.41	2016	1943.21	1786.16

Fonte: Elaborado a partir de DGES/MCTES, PORDATA

Última actualização: 2018-06-07

Como pode observar-se no Quadro 11, o valor médio da bolsa aumentou desde 1991 ainda que de forma irregular, sendo que tem vindo a diminuir, quer no ensino superior público quer no

ensino superior privado, desde 2014. Em termos de valor da bolsa média não se está, portanto, perante uma política de promoção deste nível educativo.

Aliás, será interessante e urgente comparar o valor da bolsa média com as despesas médias que os alunos realizam anualmente seja com gastos directamente relacionados com a educação, como propinas, material didáctico, etc, seja com as despesas de vida, como alimentação, alojamento, transporte, saúde, etc. Analise-se o quadro abaixo.

Quadro 12 – valores da bolsa média e valores dos custos totais dos estudantes por sector de ensino, valores médios anuais em euros, em 2015

	Ensino Universitário Público	Ensino Politécnico Público	Ensino Universitário Privado	Ensino Politécnico Privado
Valor médio da Bolsa	2067.41		1881.46	
Custos médios totais (*)	5776	6173	9836	8296
Diferença	-3708,59	-4105,59	-7954,54	-6414,54

Fonte: Cerdeira e Cabrito orgs (2017). Projecto CESTES 2

*Custos Médios Totais dos Estudantes = Custos de educação + Custos de vida, sendo, Custos de Educação as despesas realizadas com matrículas, propinas, taxas e material didáctico e os Custos de Vida as despesas efectuadas com alimentação, alojamento, deslocação, saúde e lazer.

Da análise dos valores do Quadro 12 pode concluir-se que o valor da bolsa média atribuída, seja aos estudantes do ensino superior público seja aos do ensino superior privado, não cobre aquilo que, em média, os estudantes afirmam despende para frequentarem o ensino superior. Considerando as dificuldades financeiras por que passa um elevado número de estudantes que pertencem aos estratos sociais mais desfavorecidos (Cerdeira e Cabrito, 2017), é óbvio que as políticas de apoio social, nomeadamente através da atribuição de bolsas, não são suficientes para promoverem a frequência do ensino superior. Aliás, a evolução do número de bolseiros evoluiu no mesmo sentido a partir de meados da primeira década deste século, com a diminuição progressiva do número de bolseiros. Observe-se o Quadro 13.

Quadro 13 – Evolução do número de bolseiros do ensino superior

Anos	Total	Ens. Público	Ens. Privado	Anos	Total	Ens. Público	Ens. Privado
1991	10943	10919	24	2012	56017	49109	6908
2000	56046	44994	11052	2013	58818	52116	6702
2005	66008	52609	13399	2014	62312	55701	6611
2008	73493	61361	12132	2015	63628	57190	6438
2010	74935	62304	12631	2016	69343	62368	6975
2011	67850	58089	9761	2017	71931	64262	7669

Fontes/Entidades: DGES/MCTES, PORDATA

Última actualização: 2018-06-07

Os dados do Quadro 13 mostram bem a evolução irregular do número de bolseiros do ensino superior que terá sido consequência da crise financeira que o país vivenciou e que implicou a negociação de um resgate financeiro do país com três organizações internacionais, denominadas por Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, União Europeia) que, com o beneplácito do governo do país, um governo de direita ultraliberal, impuseram ao país medidas de austeridade que implicaram o desemprego de milhares de trabalhadores, a falência de dezenas de milhares de pequenas e médias empresas, o abandono e a diminuição da procura de ensino superior. Apenas nos últimos três anos, na sequência de eleições gerais em Outubro de 2015 de que resultou um governo socialista apoiado pelos partidos da esquerda parlamentar (Bloco de Esquerda e

Partido Comunista Português), se verificou uma inversão, tímida, da tendência anterior.

De salientar que a diminuição registada do número de bolseiros não terá sido resultado de uma melhoria substancial da condição social e económica dos jovens que frequentam este nível de ensino que, apesar de se manter como um ensino para as elites, a composição social e económica destes estudantes do ensino superior se tem mantido relativamente estável ao longo das últimas décadas, como pode observar-se no Quadro 14.

Quadro 14 - Estatuto socioeconómico das famílias dos estudantes do ensino superior, de acordo com a perceção dos estudantes sobre o rendimento dos agregados familiares nos anos lectivos de 1994/1995, 2004/2005, 2010/2011 e 2015/2016, em percentagem do total

	1995	2005	2010	2015
Rendimento do agregado familiar	% do total	% do total	% do total	% do total
Elevado/Médio Alto	14.4	17.3	38.2	36.7
Médio	71.8	74.1	43.8	46.7
Baixo	13.8	8.6	18.0	16.6

Fonte: Cerdeira e Cabrito orgs, 2017. Projecto CESTES 1 e CESTES 2.

Rendimento elevado/médio alto: >1500€/mês

Rendimento médio: 870-1500€/mês

Rendimento baixo: <870€/mês

Financiamento

A análise anterior tem vindo a mostrar que não tem havido investimento suficiente no ensino superior a fim de Portugal atingir os valores de frequência apresentados pelos países da EU e da OCDE. São estas também as conclusões a que se pode chegar quando se analisa a política de financiamento do ensino superior, particularmente do ensino superior público, nomeadamente quando se compara a participação do Estado no orçamento das IES públicas e se compara com as situações homólogas da média dos países da OCDE e da UE. Observe-se o Quadro 15.

Quadro 15 - Evolução da % dos Recursos Públicos no Orçamento das Instituições de Ensino Superior

Anos	1995	2005	2008	2011	2013	2014
OCDE Média	77	70	70	70	71	70
UE22 Média	86	80	80	80	80	78
Portugal	96	68	62	69	58	62

Fonte: Elaborado a partir de OCDE (2014) e OCDE (2017). Education at Glance 2017. Indicator B3

Como pode observar-se, quer em Portugal quer na média dos países da OCDE e da EU, tem vindo a diminuir a participação do Estado no financiamento do ensino superior público. Todavia, a diminuição registada em Portugal foi mais brutal e acentuada, sendo que as IES públicas viram diminuídos, em mais de 30%, os contributos do Estado para o seu orçamento situação que, aliás, tem indo a ser denunciada pelas IES que vivem uma situação financeira altamente precária.

Nestas circunstâncias, não é de estranhar que as despesas que o Estado Português realiza com cada estudante do ensino superior (bem como do ensino básico e secundário) sejam inferiores à média dos países da OCDE e da UE22. Observe-se o Quadro 16.

Quadro 16 – Despesas anuais por estudante, em dólares equivalentes, usando ppps para o PIB, em 2014

	Ensino não superior	Ensino superior	Total
OCDE média	9489	16143	10759

EU22 média	9721	16164	10897
Portugal	7716	11813	8516

Fonte: Education at a Glance, 2017, Quadro B1.2.

Se se comparar a participação do Estado no financiamento das IES públicas em Portugal e alguns países, torna-se mais evidente as políticas restritivas dos governos portugueses que têm vindo a alinhar pelas políticas mais liberais dos países anglo-saxónicos e a afastar-se das políticas tradicionais europeias que caracterizam o estado de bem-estar que ainda vigora em alguns países da Europa.

Quadro 17 - Evolução da % dos Recursos Públicos no Orçamento das Instituições de Ensino Superior

	Peso da Despesa Públicas nas Instituições de Ensino Superior					
	2005	2008	2011	2012	2013	2014
Reino Unido						28
Japão	34	33	34	34	35	34
Coreia	24	22	27	29	33	34
Estados Unidos	42	41	39	38	36	35
Chile	15	14	22	24	35	38
Austrália	45	45	46	45	42	39
Canadá	55	63	57	52	50	48
Nova Zelândia				52	52	51
Israel	53	51	49	57	53	52
Portugal	68	62	69	54	58	62
Itália	73	71	66	66	67	65
Espanha	78	79	77	73	69	68
Hungria	78			54	63	70
Países Baixos	73	71	71	71	70	70
Média da OECD	70	70	70	70	71	70
México	69	70	67	70	68	71
Irlanda	84	83	80	84	78	74
Turquia			81	75	76	75
Républica Checa	81	79	81	79	77	76
Republica Eslovaca	77	73	77	74	76	77
Média EU22	80	80	80	78	80	78
Letónia	56	65	63	64	68	79
França	84	82	81	80	79	79
Polónia	74	71	76	78	80	81
Estónia	70	79	80	78	82	85
Alemanha	87	87	87	86	86	86
Eslovénia	77	84	85	86	87	86
Bélgica	91	90	90	90	89	88
Suécia	88	89	90	89	90	89
Islândia	91	92	91	92	91	91
Áustria				95	95	94
Dinamarca	97	96	95		94	95
Luxemburgo				95	98	95
Noruega		97	96	96	96	96
Finlândia	96	95	96	96	96	96
Grécia	97					

Fonte: Elaborado a partir de OCDE (2017). Education at Glance 2017. Indicator B3

Esta quebra da contribuição do OE para o orçamento das IES públicas tem obrigado estas instituições a cobrir essas falhas com recurso a receitas de natureza privada, deixando as instituições mais vulneráveis a influências externas (Nascimento e Cabrito, 2017). No quadro abaixo compara-se a situação de Portugal com a dos países da EU e da OCDE sendo bem evidenciado esforço que as IES públicas portuguesas têm de realizar na obtenção de recursos quando comparado com as suas congéneres estrangeiras.

Quadro 18 - % Recursos Públicos no Orçamento das Instituições de Ensino Superior Público 2014

Fontes	OCDE média	EU22 média	Portugal
Públicas/Estado	70	78	62
Privadas	30	22	38

Fonte: Elaborado a partir de OCDE (2017). Education at Glance 2017. Indicator B3

Esta situação tem conduzido as IES a uma política de diversificação de fontes de financiamento num quadro de partilha de custos, procurando captar recursos seja em empresas, bancos e outras organizações com fins lucrativos, fundações, mecenas, através de contratos de prestação de serviços, de parceria em investigação, no desenvolvimento de produtos, etc. De referir que uma das principais fontes externas das IES públicas são, sem dúvida, os estudantes cujas propinas, atualizadas desde 1992, já correspondem a mais de 15% do orçamento total das instituições. Aliás, o estabelecimento de propinas reais para a frequência das instituições públicas de ensino superior em Portugal data de 1992 e afasta-se do que é a realidade de uma grande parte dos países europeus. Observe-se o Quadro 19.

Quadro 19 – Valor da Propina na Europa, em 2015

País	Valor da propina em euros
Áustria	Não existe
Bélgica — Comunidade francófona	Máximo, 835 € por ano (dependente do rendimento do estudante)
Bélgica — Comunidade germanófona	425 € por ano
Bélgica — Comunidade flamenga	Máximo, 620 € por ano (dependente do rendimento do estudante)
Bulgária	Máximo, 793 € por ano (dependente do programa de estudos)
Croácia	No primeiro ano, as propinas são pagas pelo Estado. Nos anos seguintes, variam entre 657 € e 1324 € (fixadas pela instituição)
Chipre	Licenciatura: propinas pagas pelo Estado; Mestrado: 5125-10 250 €
República Checa	Não existe para programas concluídos no prazo normal e em língua checa
Dinamarca	Não existe
Estónia	Não existe se forem obtidos 60 ECTS/ano em língua estónia.
Finlândia	Não existe
Antiga República Jugoslava da Macedónia	150 €-4000 € por ano (dependente do estabelecimento de ensino)
França	Licenciatura: 189,10 € por ano Mestrado: 261,10 € por ano Acrescem 213 € de custos de segurança social
Alemanha	Não existe
Grécia	Licenciatura: não existe Mestrado: propina estabelecida pelas instituições
Hungria	Licenciatura: 740-5 150 € Mestrado: 1 449-6 117 €

Islândia	485 € por ano
Irlanda	Licenciatura: 2750-6000 € Mestrado: 4000-30 000 €
Itália	192-1195 € (dependente do rendimento do estudante/ programa/ciclo)
Letónia	Licenciatura: 968-3 557 € por ano Mestrado: 818-5 333 € por ano
Listenstaine	1400 € por ano na Universidade do Listenstaine Os outros estabelecimentos de ensino estabelecem as suas próprias propinas
Lituânia	Licenciatura: 934-5241 € por ano Mestrado: 2108-6227 € por ano
Luxemburgo	Licenciatura: 400-800 € por ano Mestrado: 400 - 17500 € por ano
Malta	Licenciatura: não existe Mestrado: 400 € por ano
Holanda	1906 € por ano
Noruega	Não existe
Polónia	41 € por ciclo
Portugal	631-1066 € por ano
Roménia	Licenciatura: 583-6 728 € por ano Mestrado: 525-2819 € por ano
Eslováquia	10-100 € por ano se o programa de estudos for concluído dentro do prazo normal
Eslovénia	Licenciatura: 1210-8188 € por ano Mestrado: 2200-15 659 € por ano
Espanha	Licenciatura: 713-2011 € Mestrado: 1060-3952 € (dependente do programa/resultados/rendimento do estudante)
Suécia	Não existe
Turquia	Licenciatura: não pagam propinas Mestrado: 90-211 € por ano Possíveis taxas suplementares
Reino Unido – Inglaterra	Licenciatura: 10 742-11 377 € por ano Mestrado: varia (em média, 5051 € por ano)
Reino Unido – Escócia	Licenciatura (escoceses e outros estudantes da UE, exceto do Reino Unido): não existe Mestrado: varia (em média, 5051 € por ano)
Reino Unido – País de Gales	Licenciatura: no máximo, 11 377 € por ano; Mestrado: varia (em média, 5051 € por ano)
Reino Unido – Irlanda do Norte	Licenciatura: máximo, 4655 € por ano Mestrado: varia (em média, 5051 € por ano)

Fonte: National Student Fee and Support Systems in European Higher Education – 2015/16. Eurydice Facts and Figures. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Reflexões finais

O exposto evidencia bem o comportamento do ensino superior, em Portugal, nas últimas

décadas, mais concretamente, desde a Revolução Democrática de 1974.

A revolução marcou uma mudança significativa do regime político português, que passou de uma ditadura de 40 anos para uma democracia.

Essa mudança de regime foi acompanhada de alterações substantivas em todos os níveis educativos, nomeadamente por uma procura explosiva de educação, pelo estabelecimento de uma escolaridade obrigatória, pelo aumento de todas as taxas reais de escolarização, pela elevação do nível de escolaridade da população, pelo aumento do número de diplomados do ensino superior, seja na graduação seja na pós-graduação.

Todavia, apesar da evolução registada, extremamente favorável, em geral a situação da educação portuguesa, particularmente no domínio do ensino superior, ainda não atingiu os valores registados pela média dos países da OCDE e da EU.

Por outro lado, se é verdade que se registou aquela evolução positiva ao nível da procura social de educação, é indubitável o facto de o mesmo não ocorrer no que se refere às questões de apoio social aos estudantes do ensino superior nem no que se refere ao financiamento do sistema.

De facto, no que diz respeito ao apoio social aos estudantes do ensino superior, nomeadamente através de bolsas de estudo, verifica-se que quer o número de bolseiros, quer os montantes despendidos com as bolsas de estudos têm apresentado uma evolução irregular e, genericamente negativa, dificultando o acesso dos jovens ao ensino superior e dificultando a permanência daqueles que a ele acedem, particularmente os jovens oriundos dos estratos sociais mais desfavorecidos.

No que respeita ao financiamento das instituições públicas de ensino superior, verificou-se uma quebra brutal da participação do Estado no financiamento destas instituições, obrigando-as a procurarem outras fontes de receita, sob a forma de propinas cobradas aos estudantes e de financiamento externo obtido através de contratos de investigação, de formação, aluguer de equipamentos e instalações, mecenato, etc. Esta é uma situação que vem dificultar o quotidiano das instituições de ensino superior diariamente confrontadas com dificuldades de funcionamento por défice de financiamento público e colocar maior pressão nos estudantes e respectivas famílias.

Em conclusão: nas últimas décadas ocorreram mudanças significativas e muito positivas na educação, em Portugal sendo, no entanto, evidente a necessidade de maior investimento público quer para responder à procura social de educação, quer para elevar os níveis de equidade do sistema, quer para dotar o país do capital humano qualificado de que necessita para se continuar a desenvolver e se aproximar dos países mais desenvolvidos da OCDE e da EU.

Referências

ALTHUSSER, L.. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BARRETO et al. **A Situação Social em Portugal, 1960-1995**. Lisboa: Universidade de Lisboa-Instituto de Ciências Sociais, 1996.

BECKER, G. **Human capital – A theoretical and empirical analysis**, with special reference to education. New York: Columbia University Press, 1964.

BOURDIEU, P., & Passeron, J.-C. **Les héritiers**. Paris: Les Éditions Minuit, 1964.

BOURDIEU, P., & Passeron, J.-C. **La reproduction**. Paris: Les Éditions Minuit, 1970.

CABRITO B. **O Financiamento do Ensino Superior**. Lisboa. EDUCA, 2002.

CERDEIRA, L. & Cabrito, B. (Orgs.) Cerdeira L., Cabrito B., Patrocínio T., Machado L., Rui Brites, Curado A. P. **Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português**. CESTES 2. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior. Lisboa: EDUCA, 2017. ISBN: 978-989-8272-30-0

CERDEIRA, L. & Cabrito, B. (Orgs.) **Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português**. Relatório

CESTES 1. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior. Orgs.. Cerdeira L, Cabrito B., Patrocinio T., Lourdes Machado L., Brites R.. EDUCA, 2014. Lisboa, 2014. ISBN: 978-989-8272-18-8.

CERDEIRA L. **O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos.** Almedina, Coimbra, Outubro 2009, ISBN 978-972-40-3978-7, CDU 378, 37.

EURYDICE. **National Student Fee and Support Systems in European Higher Education – 2015/16.** Eurydice Facts and Figures. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017.

MÓNICA, M. F. (1978). **Educação e Sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista, 1926-1939.** Lisboa: Editorial Presença, 1978.

NASCIMENTO, A., & Cabrito, B. (2017). **A autonomia do Ensino Superior Português entre a lei e a prática.** Educação em Questão, Natal, vol. 55, pp. 42-73, jul./set.,2017.

OCDE. **Education at a Glance.** Paris: OCDE, 2017.

PORDATA. **Base de dados Portugal contemporâneo** [Contemporary Portugal database]. Retrieved from www.pordata.pt. Accessed on December 20, 2017.

PSACHAROPOULOS, G., & Woodhall, M. **Education for Development: An analysis of investment choices.** New York & Oxford: Oxford University Press, 1985.

SCHULTZ, T. W. **Investment in human capital.** The American Economic Review, 1(1), 1-17, 1961.

Recebido em 30 de setembro de 2018.

Aceito em 6 de novembro de 2018.